

3.3. Avaliação do Meio Antrópico

3.3.1. Patrimônio Histórico-Cultural de Xitué

O contexto histórico geral em que se enquadra a EEcX é definido inicialmente pelo desbravamento do sertão da capitania de São Vicente e, posteriormente, pela capitania de São Paulo. Essa ocupação era motivada por dois fatores principais: o apresamento de escravos indígenas e a busca por ouro. Apesar de serem fortes as evidências que apontam para a história ligada à mineração, é de se supor que, pelo menos até as primeiras décadas do século XVII a captura do indígena tenha sido bastante freqüente, uma vez que os portos de mar do vale do Ribeira eram conhecidos entrepostos de embarque dessa mercadoria (Monteiro, 1994).

Muito embora o espaço físico que se delineia para a construção do contexto histórico esteja circunscrito às vertentes formadoras dos afluentes do Alto Paranapanema e do Médio Ribeira, território hoje eminentemente paulista, os espaços e as paisagens desse contexto transcendem essas mesobacias, seguindo via marítima para localidades bem mais distantes, ou por via terrestre para os campos de Curitiba, Guarapuava e, no limite, para as terras austrais de Viamão e adjacências sabidamente sob o domínio de Espanha.

Em termos de divisão política territorial, é impossível a construção de um contexto histórico que ignore o fato da área em tela estar, até a segunda metade do século XVIII, inserida exclusivamente em três municípios da capitania: Cananéia (1600), Iguape (1610-15) e Sorocaba (1661). Já a partir da segunda metade do referido século entram em cena Apiaí (1771), Itapetininga (1770) e Itapeva (1769), o primeiro ligado à exploração do ouro e os dois últimos ao abastecimento das minas gerais, com desdobramentos regionais. Assim, inicialmente tem-se dois ambientes bastante distintos: os municípios litorâneos do vale do Ribeira, e os de “serra acima”, do Alto Paranapanema e do Tietê-Sorocaba.

Assim, desde muito cedo, tem-se pelo menos dois grandes eixos de deslocamento em direção ao sertão que, pelo menos até as primeiras décadas do século XVII será o Alto Paranapanema. O primeiro é predominantemente luso-brasileiro, pois partia de uma área cujo domínio português estava consolidado; já o segundo tenderia a apresentar uma distribuição ibero-americana em seus protagonistas, uma vez que o período de união entre as coroas lusitana e espanhola (1580-1640) tornou irrelevante o tratado de Tordesilhas (1494) numa zona limítrofe como o litoral sul paulista. Levando em conta essa variável, temos ainda uma terceira via de deslocamento, predominantemente hispano-americana, a qual seguia em direção ao Médio e Baixo Paranapanema através do rio Paraná e dos afluentes mais austrais do Paranapanema. Esse terceiro eixo, se não chegou às cabeceiras dos afluentes do Alto Paranapanema, estabeleceu contingentes populacionais praticamente em vertentes vizinhas às aqui enfocadas e, portanto, muito próximas.

Além dos movimentos de busca por riquezas no sertão, há a busca por almas a serem catequizadas, objetivo que não pode ser ignorado para a construção de uma história da comunicação entre o vale do Ribeira e do Paranapanema e o estabelecimento de povoações nesse percurso. Nesse quadro despontam os jesuítas, uma ordem religiosa que, apesar de poder servir aos intuitos de uma ou outra coroa, possuía administração transnacional, ou seja, tinha seus próprios objetivos e maneiras de atuar. Soma-se a isso o fato de Estado e Religião estarem indefectivelmente ligados, no contexto ibero-americano até o século XIX. E quando agrega-se a esses fatores a união entre as duas coroas ibéricas, define-se o contexto ideal para a deambulação dos inicianos pela região aqui abordada.

A contribuição européia na formação da população da região não pode ser designada como predominantemente lusitana até meados do século XVII. Uma vez que o portal marítimo do Ribeira e do Paranapanema ficava na interface da linha de Tordesilhas e que, após 1580 houve a união das coroas ibéricas, é absolutamente impossível precisar, sem estudos sistemáticos, a parcela de participação espanhola e portuguesa nesse processo.

O vale do Paranapanema, entre fins do século XVI e início do subsequente, ainda representava um repositório de mão-de-obra para os predadores paulistas. A primeira notícia de uma bandeira bem sucedida nessa área é do ano de 1601-3 (Monteiro, 1994) e até a década de 1640 muitas outras mais seriam, motivando a completa reorganização dos aldeamentos jesuíticos.

É bom ressaltar que a historiografia tradicional tende a considerar que os indígenas capturados eram vendidos para outras praças, pois os pobres paulistas não se ocupavam de grandes lavouras devido à má qualidade de suas terras e sua psique deambulatória. Entretanto, estudos mais recentes indicam que os indígenas eram utilizados em grandes plantações nos arredores de São Paulo e nas vilas que se espalhavam em todas as direções até meados do século XVIII (ver Monteiro, 1994 e Blaj, 1995). Seja pela diminuição da população indígena e aumento do aporte de escravos negros, entre as décadas de 1690 e 1750 a escravidão indígena tendeu gradualmente à extinção.

3.3.1.1. O “caminho para o sul”: o vale do Parapanema na rota do tropeirismo

De acordo com os estudos do Plano de Manejo do PEI (São Paulo. Fundação Florestal, 2009) há cerca de duzentos anos, a marcha pelos estreitos caminhos paulistas era feita majoritariamente a pé. Excluindo-se algumas áreas em que a navegação por rio figurou desde os primórdios da colonização – tal como os trechos de alagadiços existentes na bacia do Ribeira de Iguape, que tinham nos portos de Iguape e Cananéia suas principais saídas para o Atlântico - a navegação fluvial constituiu exceção em São Paulo entre os séculos XVI e XVII. A própria navegação pelo rio Tietê, que eventualmente havia sido feita durante esse período só consolidou-se de fato depois de transcorrida a primeira

década do século XVIII, quando as monções do Cuiabá estabeleceram um sistema de comunicação regular com o Mato Grosso (Holanda, 1995).

A locomoção por tração animal também representou, até as primeiras décadas do século XVIII, uma atividade de difícil execução em São Paulo. Não obstante as sucessivas tentativas dos sertanistas em incorporar mulas e cavalos nas suas expedições ao interior, as vicissitudes típicas das jornadas pelos sertões retardaram a inclusão definitiva desses animais no sistema de transportes paulista. O exemplo de Bartolomeu Bueno é emblemático. Em 1722 o sertanista ficou com apenas 5 dos 38 cavalos que o acompanharam a Goiás (Holanda, 2005).

Eram de toda sorte os empecilhos à implementação de um sistema definitivo de locomoção animal. Em primeiro lugar, a estreiteza e precariedade das estradas impossibilitavam que os animais se movessem de forma apropriada. Construída para a passagem de pedestres, a maioria das estradas apresentava escadas nos lugares mais íngremes. Ademais, as cavalgaduras eram pertences de relativo vulto, o que desestimulava a sua utilização em caminhos tão cheios de problemas. Assim, até o final do século XVII a utilização de cavalos e mulas na Capitania de São Paulo servia, sobretudo, a expedições breves feitas em áreas predominantemente formadas por descampados.

Durante esse período o transporte de mercadorias, entre as diversas regiões de São Paulo, ficou a cargo dos indígenas administrados ou escravizados, que transportavam por longas distâncias cargas – em geral alimentos – que excediam os trinta quilos por carregador. Na maioria das vezes os carregadores eram do sexo masculino, o que em muitos casos acabava por subverter a lógica pré-cabralina das relações de trabalho dos nativos. As sociedades guarani, por exemplo, que foram as principais fornecedoras de mão-de-obra indígena aos colonos portugueses durante os séculos XVI e XVII, costumavam atribuir às mulheres a tarefa do transporte (Monteiro, 1995: 123-124).

Se por um lado a utilização dos carregadores indígenas atenuava a necessidade da criação de um sistema viário mais aprimorado – condição essa imperativa para a locomoção com animais – por outro garantia aos colonos um transporte relativamente rápido e de baixo custo. Ainda sim, a maioria dos paulistas não contava com excedentes de mão-de-obra suficientes para manter um número satisfatório de índios de carga, o que tornava o aluguel de carregadores uma prática comum em São Paulo.

O transporte indígena foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico de São Paulo, uma vez que sua relativa eficiência e baixo custo proporcionaram aos colonos que comercializassem os produtos agrícolas produzidos no planalto em circulação, como o milho, a mandioca, o feijão e, especialmente, a farinha de trigo. A importância dos carregadores indígenas se tornou tão patente que o transporte por eles encabeçado era um dos grandes demandantes de mão de obra indígena, capturada nas incursões de bandeirantes pelos sertões. Na época não foram raras as denúncias, sobretudo de jesuítas, em relação ao abuso cometido pelos colonos em relação à

exploração da mão-de-obra indígena para o transporte de mercadorias (Monteiro, 1995: 124-126).

Os carregadores indígenas só foram substituídos sistematicamente pela locomoção animal com a abertura do “caminho do Sul”, que ligava Curitiba aos campos de Viamão e à colônia do Sacramento. A instalação de um sistema de comunicação que ligasse as áreas de criação de cavalos e muares às consumidoras foi facilitada pelas áreas de campos presentes no Brasil Meridional. Ao proporcionar um contato mais regular de São Paulo com os criadores de gado e castelhanos, a comunicação com o sul alterou significativamente o perfil da sociedade paulista, seja em termos econômicos – dada a inserção definitiva dos animais enquanto meio de transporte de carga – seja em termos culturais, como a incorporação da cuia de tomar congonha, do poncho azulado forrado de baeta vermelha e das atividades referentes ao manejo dos cavalos (Holanda, 2005: 129-130).

O intitulado caminho do Sul, aberto em torno de 1733, foi majoritariamente organizado a partir do aproveitamento desses campos, que facilitavam a marcha do gado. Entretanto, o caminho do Sul não percorria apenas áreas de campos, já que esses se alternavam com extensas matas. A “estrada da mata” – que ligava Curralinho, ao Sul da Lapa, e Timbó, ao norte de Lajes – constituía um exemplo claro dos problemas de circulação na região. Deste modo, a abertura dos caminhos que ligaram os campos do Sul a São Paulo se deu em diversas etapas. Bartolomeu Pais de Abreu já solicitava, em 1720, a ligação entre o Rio Grande e São Paulo, alegando a importância desse empreendimento para o enriquecimento da Colônia. Posteriormente, homens como Francisco de Sousa Faria e Cristóvão Pereira de Abreu se destacaram na arregimentação de forças e grupos interessados na continuação da empreitada (Petrone, 1976).

Pelo fato do elemento constitutivo do caminho do Sul ser formado pelos próprios campos da região, seu traçado sofreu poucas alterações ao longo do tempo, visto que a descrição da rota no século XVIII se assemelha muito com a caracterização feita por Pedro Muller (Muller, 1923), em 1836. Assim, as principais balizas do caminho do Sul no século XVIII eram Sorocaba, Itapetininga, Jaguariaíva, Castro, Carambeí, travessia do rio Iguaçu, Curralinho, campos de Curitiba, campos de Lajes, para, depois da travessia do rio Pelotas, seguir aos campos de Viamão e atravessar o rio das Antas e o das Camisas. A única diferença desse caminho para o descrito por Pedro Muller é que este indica uma bifurcação a partir de Lajes. Um dos atalhos seguia em direção aos campos de Vacaria; o outro atingia áreas mais a Leste, chegando aos campos de Viamão.

Com a abundância cada vez maior dos cavalos e muares vindos dos campos sulinos, o carregador indígena viu-se substituído, gradativamente, pelas tropas de animais. Além disso, a escassez do braço indígena nesse momento já mostrava que sua utilização como transporte de mercadorias não era rentável quanto outrora. Direcionados em grande parte para a lavoura, os índios

assistiram à ascensão de uma figura que se tornaria emblemática da sociedade paulista entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX: o tropeiro.

A figura do tropeiro ainda não recebeu atenção merecida por parte da historiografia brasileira. Tratado geralmente de forma romantizada, depreciativa ou secundária, o tropeiro ocupou, na realidade, um lugar de destaque no desenvolvimento da América Portuguesa e do Império do Brasil, importância essa que só se arrefeceu com a chegada das estradas de ferro na segunda metade do século XIX. O tropeiro, em primeiro lugar, foi um elo essencial entre o mundo rural e urbano, já que nessa época as informações demoravam sensivelmente para se deslocar de um núcleo populacional para outro, principalmente quando serras, rios e obstáculos naturais dificultavam a mobilidade dos viajantes. Em segundo, devido a sua situação estratégica no mundo mercantil, os tropeiros desempenhavam um papel bastante importante para os proprietários interioranos, na medida em que traziam as novidades da situação econômica da Corte, funcionando, assim, como um tipo de conselheiro de negócios. Em terceiro, os tropeiros ajudaram a criar e consolidar caminhos fundamentais de ligação entre as diversas regiões pelas quais passavam.

Segundo Sergio Buarque de Holanda (Holanda, 2005: 132-133), o tropeiro representa um amálgama de culturas, interesses e temporalidades, além de ter iniciado uma nova mediação entre a produção e sua comercialização:

O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecuária sucede ao gosto da rapina.

Outra característica central dos tropeiros era a sua estreita relação com os setores produtivos junto aos quais ele desempenhava seus trabalhos. No caso daqueles vinculados aos gêneros de primeira necessidade, chega a ser difícil fazer uma distinção clara entre "proprietários" e "tropeiros". As tropas de abastecimento eram muitas vezes compostas por familiares ou parentes dos próprios produtores da mercadoria transportada, o que estreitava ainda mais as relações entre esses grupos. Assim, um dos pontos de partida para uma compreensão mais apurada das tropas de abastecimento é conceber tropeiros e proprietários como setores socioeconômicos estritamente associados, mesmo porque, em São Paulo, não era o tropeiro mais abastado que se "aventurava" como proprietário, mas sim o contrário, resultando daí um desempenho maior no mercado em consequência desse amálgama de funções (Franco, 1983).

No caso da Capitania e depois Província de São Paulo, os tropeiros constituíram um grupo central na composição socioeconômica da região. Vale

ressaltar que a cidade de São Paulo detinha, como centro político-administrativo, características topográficas que lhe conferiam o status de centro articulador da região (Prado Jr, 1972), fazendo com que a maioria das transações comerciais feitas por terra passassem pela cidade. Os tropeiros paulistas que transportavam no lombo de suas mulas gêneros de primeira necessidade carregavam milho, arroz, feijão, erva-mate, água-ardente e animais, em especial reses e muares. Estudos recentes (Monteiro, 1995; Blaj, 2002) têm apontado para um dinamismo mercantil da Capitania de São Paulo que precede até mesmo o recrudescimento da lavoura canavieira em meados do século XVIII. Nesse sentido, é pertinente assinalar que as tropas paulistas de abastecimento se estruturaram de forma mais concreta a partir do surgimento das Minas Gerais, uma vez que o alto crescimento da população livre e escrava das minas criou um mercado consumidor bastante amplo.

Se para regiões como a cidade de São Paulo e seus arredores, o “quadrilátero do açúcar” (Campinas, Itu, Piracicaba e Jundiaí) e o vale do Paraíba produtor de alimentos de primeira necessidade (Jacareí e Cunha, por exemplo) o tropeirismo foi um importante catalisador da circulação de bens de consumo – sobretudo alimentos e artigos do cotidiano –, para o vale do Ribeira e localidades situadas a sudoeste de São Paulo o advento das tropas foi importante pela própria estrutura criada por elas, ou seja, pelos inúmeros caminhos, pousos, estalagens e pequenas aglomerações urbanas que passaram a existir com o uso do animal como meio de transporte. Nesse sentido, uma das vertentes mais expressivas do comércio empreendido pelas tropas de abastecimento era o comércio de animais. Este foi um importante dinamizador econômico e político da região Centro-Sul, uma vez que o comércio de reses e muares articulava os centros produtores (Rio Grande do Sul e os “Campos Gerais”) e vendedores (Sorocaba e a cidade de São Paulo) com os compradores (região planaltina paulista, Minas Gerais e, sobretudo, o Rio de Janeiro). Os campos do atual Estado do Paraná, que durante boa parte do século XIX pertenciam a São Paulo, e os de Lajes, em Santa Catarina, paulatinamente foram sendo ocupados por fazendeiros, criadores, em especial de gado vacum e cavalar. Os muares, por sua vez, eram criados principalmente nos campos e nas campinas do Rio Grande.

Embora boa parte o vale do Ribeira não estivesse inserida no caminho para o Sul, a sua relativa proximidade tanto de Sorocaba (local onde ocorria a grande feira de reses e muares) quanto dos Campos de Curitiba imputou-lhe a condição, ainda que não exclusiva, de centro abastecedor dessas localidades. Deste modo, a produção de gêneros de primeira necessidade como arroz, feijão, milho e mandioca foi alavancada pelo constante tráfego de tropas entre o Sul da América portuguesa e Sorocaba. Ao invés de se tornarem pousos, locais de estalagens e, conseqüentemente, povoações, como foi o caso de Una (Ibiúna), Tatuí, Campo Largo e Jacupiranga – ou seja, de localidades contíguas ao caminho do Sul –, o vale do Ribeira aproveitou sua relativa proximidade desses centros para incrementar sua produção de alimentos.

Houve, todavia, algumas exceções a esse panorama mais geral. O atual município de Capão Bonito, por exemplo, foi entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX uma importante “estação invernada” das tropas de reses e muares que, depois de percorrer mais de 50 léguas de Curitiba até os chamados campos de Faxina-Capão Bonito-Itapetininga, paravam tanto para alimentar, descansar e engordar os animais como para esperar preços convidativos dos compradores de Sorocaba, ou até mesmo condições propícias para a marcha (Petrone, 1976).

3.3.1.2. Indicações para o manejo do Patrimônio Histórico-Cultural de Xitué

A pesquisa sobre o Patrimônio Histórico e Cultural envolveu levantamentos em documentos oficiais, visando espacializar esse patrimônio e suas manifestações com o propósito de definir zonas de valor cultural em concordância com a legislação.

Como resultado foi identificada a presença de um patrimônio arqueológico, histórico e cultural positivo tanto no interior da área da EECX como em sua Zona de Amortecimento, formado por sítios e vestígios arqueológicos, além de diferentes bens e manifestações históricas e culturais. O patrimônio aqui levantado não constitui a totalidade de patrimônio cultural que a área abriga. Ao contrário, as análises indicam que provavelmente existem ali muitos sítios arqueológicos e históricos a serem desvendados.

Existem muitos bens culturais em Xitué, bem como em todo o Vale do Parapanema. Há uma imensa riqueza cultural em termos de sítios arqueológicos. “A inserção do patrimônio, material e imaterial, durante décadas na região torna-se de extrema importância. O patrimônio histórico-cultural carece de diretrizes para sua preservação, assim como desenvolver meios de proteção dos direitos e manifestações culturais das populações tradicionais e demais ocupantes que vivem no entorno de áreas de conservação, inserindo-os nas etapas de planejamento e desenvolvimento regionais.

A própria presença humana, que se estabelecer na região há milhares de anos, causou impactos ao meio ambiente. Entretanto esta mesma intervenção construiu paisagens utilizando-se dos recursos disponíveis que, de acordo com as necessidades e os padrões culturais dos grupos humanos, estabeleceu cenários, crenças e manifestações de cultura conforme conhecemos hoje. Mesmo alteradas por diferentes processos históricos, traz características de cada grupo que ali já habitou.

Todo o patrimônio levantado, longe de ter-se esgotado suas manifestações e vestígios, é muito pouco conhecido e explorado como fonte de formação educacional e para construção de um completo cenário de ocupação da região”. (São Paulo. Fundação Florestal, 2009).

De acordo com os estudos realizados, conta-se com 629 bens culturais diversificados na região envolvendo evidências, indicações e/ou referências

bibliográficas de natureza imaterial ou material, sítios arqueológicos cadastrados no entorno e interior da Estação Ecológica, co-relacionados aos cenários delineados a partir da literatura analítica. Porém, de modo a definir as prioridades para o manejo do patrimônio cultural existente no Xitué, destacam-se 2 bens culturais existentes: Encanados e a estrada abandonada do antigo caminho dos Jesuítas. Os quais estão relacionados aos Cenários Históricos apresentados no tópico precedente.

A área dos Encanados situados ao longo do Ribeirão Velho, afluente do Rio das Almas, em Xitué, trata-se de uma Zona Histórico-Cultural que abarca o conjunto de evidências (ecofatos e artefatos) relacionadas à atividade de mineração desenvolvida ao longo vale do Rio das Almas e principais tributários no decorrer do período colonial. O conjunto de intervenções (canalização do leito natural, retificações de traçado, obras de cantaria e demais evidências associadas) nos colocam diante de um conjunto de grande expressão, significação e magnitude, para onde deve convergir os esforços voltados à conservação, pesquisa e uso público.

O Caminho dos Jesuítas consta de relatos e documentos antigos e foi plotado, de forma preliminar, nos mapas topográficos que integram o PEI, EEcX e áreas vizinhas. Trata-se de um caminho de mais de 50 km que interligava o Alto Paranapanema com o Vale do Ribeira.

Propõe-se a criação de uma Zona Histórico-Cultural na área de ocorrência dos “Encanados” e do “Caminho dos Jesuítas”, cujo objetivo é a proteção do patrimônio arqueológico-histórico-cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar da comunidade) da unidade e seu entorno, visando o estudo, interpretação e valorização com vistas a preservação, conservação, divulgação e educação ambiental. Objetiva proporcionar às comunidades locais e ao público visitante a visão da importância dos vales dos rios Ribeira de Iguape e Paranapanema como berço e abrigo de diversas comunidades, valorizando a diversidade social e sua relação com a conservação da biodiversidade. (São Paulo. Fundação Florestal, 2009).

3.3.2. Ocupação e Socioeconomia do entorno

Como já visto, a Estação Ecológica de Xitué está localizada no município de Ribeirão Grande, sudoeste do estado de São Paulo. Pertence à bacia hidrográfica do rio Paranapanema e situa-se no alto da Serra de Paranapiacaba.

Os municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito são os que efetivamente se relacionam com Xitué, por meio de bairros rurais e atividades econômicas exercidas no entorno da unidade.

O município de Ribeirão Grande é o que possui uma relação mais direta com a unidade, e este se insere em sua totalidade dentro da região geográfica do Alto Paranapanema. Conforme análise sobre caracterização regional e uso da

terra do Plano de Manejo do PEI (São Paulo. Fundação Florestal, 2009), os bairros da região do Alto Paranapanema são pouco organizados e poucos possuem associações comunitárias, e quando existem, são fortemente induzidas por agentes externos e mantêm uma forte relação de dependência com esses agentes.

Por se situar em área que antigamente era rota de comércio de escambo entre o Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema, as duas regiões, historicamente, possuem relação com Xitué. A descoberta do ouro na serra de Paranapiacaba, no século XVII, alavancou a navegação pelas bacias do Ribeira e do Paranapanema, irradiando a penetração para o interior e fundando os primeiros povoamentos orientados por essas vias fluviais¹, e ainda por alguns caminhos sertão adentro. À medida que se intensificava o povoamento, aumentavam o movimento comercial no porto da Ribeira e as trocas de mercadorias entre o litoral sul paulista e a região da serra acima².

No fim do século XIX, com a concentração de investimentos orientada pela economia cafeeira para outras áreas do Estado, a região é novamente excluída dos eixos de desenvolvimento, e segue sem incentivos para a sua reorganização econômica. Somente no século XX algumas medidas são adotadas para reverter esse processo e mudar as bases produtivas incentivando-se os programas de colonização e imigração no Vale do Ribeira e de investimentos agrícolas no Alto Paranapanema.

Ao longo da história, o Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema, ficaram desvinculados economicamente e socialmente da rede urbana industrial, o que contribuiu para conservar as riquezas naturais, guardando os remanescentes mais significativos de Mata Atlântica do país – o mais importante corredor de Mata Atlântica, o continuo ecológico de Paranapiacaba. Essa configuração vem mudando nos últimos anos, diante do crescimento de atividades minero-industriais e de silvicultura (eucalipto e pinus) em áreas vizinhas ao Mosaico de Paranapiacaba.

O Alto Paranapanema

A ocupação territorial do sudoeste paulista tem início no século XVII, com o movimento de povoamento do planalto, quando se formam as cidades de Itu e Sorocaba. Até o século XVIII, seu povoamento se restringe ao desenvolvimento de algumas cidades ao longo dos caminhos das tropas, com a formação das cidades de Itapeva e Itapetininga. Esta região foi favorecida pela sua situação geográfica de ligação das regiões Norte e Sul do país, desempenhando um papel fundamental na conquista do interior e na consolidação do território paulista.

¹ Pariquera-Açu, Jacupiranga, Registro, Xiririca (atual Eldorado Paulista), Juquiá, Miracatu, Sete Barras, Iporanga, Apiaí, Capão Bonito, Guapiara e Ribeira.

² Itapetininga, Itapeva, Apiaí, Iporanga e Eldorado Paulista.

A região de Itapetininga participa ativamente do ciclo da cana no século XVII. Em paralelo, a região de Sorocaba desenvolve-se com as indústrias de couro, de artefatos de metais e têxteis. Com o avanço do café para o centro-oeste paulista, Itu e Sorocaba consolidam-se como centros econômicos, e a rede de cidades formadas pelos caminhos de tropas e pela ferrovia estrutura-se economicamente na agricultura de subsistência e em alguma mineração.

A economia integra-se ao contexto regional com a Estrada de Ferro Sorocabana (1875). Sorocaba, nesse período, destaca-se pelo seu importante crescimento econômico, resultante dos processos de industrialização – principalmente com a indústria têxtil – e de urbanização, que chega a alcançar a região de Itapetininga e de Itapeva.

No fim dos anos 1920, a pecuária perde sua posição de destaque no cenário estadual, e a região tem sua economia baseada nas atividades agrícolas, principalmente na cultura do algodão, seguida pela cultura do açúcar e do álcool, à exceção de Sorocaba, que por suas atividades industriais, principalmente as da agroindústria de beneficiamento do algodão, projeta-se no cenário econômico do estado.

Com a crise do café, as antigas plantações dão lugar às culturas de cana-de-açúcar e do algodão. Mas essa dinâmica econômica não atinge as regiões de Itapeva e de Capão Bonito, que iniciam, já nos anos 1930, atividades de mineração e de reflorestamento, associadas há uma pouco expressiva atividade agrícola.

A partir dos anos 1930, a economia diversifica-se com uma agricultura baseada no feijão, na cebola, na batata e no arroz – produtos economicamente menos dinâmicos – e no milho, no tomate e na uva – produtos de poucos desdobramentos industriais. À exceção de Sorocaba, que, mesmo permanecendo fora do processo de industrialização paulista até o fim dos anos 1970, logo acompanhou o ritmo de crescimento industrial brasileiro com expressiva importância no cenário econômico industrial do estado de São Paulo.

É na década de 1970 que a agricultura da região insere-se na economia paulista, como abastecedora de produtos alimentares para a região metropolitana de São Paulo. Também, com menos expressão, começa a despontar a agroindústria, com a soja, a cana-de-açúcar e os cítricos. Não menos importante é o parque industrial, cujo setor de bens intermediários apresenta significativa expansão, com o segmento de minerais não-metálicos.

A melhoria da infra-estrutura viária e de transportes – com a construção das rodovias SP-270 (Raposos Tavares), na década de 1950, e SP-280 (Castelo Branco), na década de 1960 – e a utilização do transporte de carga sobre os trilhos da Fepasa na região Sorocabana, associadas à modernização tecnológica das indústrias, fazem com que a região de Sorocaba se transforme em pólo de atração de mão-de-obra, principalmente oriunda de Capão Bonito.

A dinâmica econômica da região de Sorocaba não alcança a de Itapeva, mas os incentivos federais implementados na descentralização industrial criam importantes bases econômicas resultantes das atividades de extração mineral e também de reflorestamento, especialmente nos municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande.

3.3.2.1. Caracterização dos municípios

Os municípios do entorno da EECX – Ribeirão Grande e Capão Bonito – apresentam a mesma dinâmica econômica, de altos índices de vulnerabilidade social e atividades de baixo rendimento econômico, o que conseqüentemente gera uma crescente demanda de recursos naturais, em especial no que diz respeito às atividades ilegais de extração do palmito juçara e plantas ornamentais e de caça. A economia destes municípios é baseada na silvicultura, exploração mineral e agricultura que de outra forma, também pressionam os recursos naturais

Nesse contexto, as áreas mais vulneráveis foram indicadas por município e por localidade do entorno da unidade, e classificadas em três categorias, segundo a decorrência das pressões exercidas sobre a unidade de conservação:

- a) em Capão Bonito e Ribeirão Grande, por meio da exploração ilegal de palmito juçara, caça e captura de animais silvestres, em razão da possibilidade de acesso livre (sem controle) e da pobreza do meio rural. Em Capão Bonito essas atividades são facilitadas pela rede de estradas vicinais que levam às proximidades da UC e dos acessos livres da Fazenda Sakamoto, em Ribeirão Grande pela rede de estradas vicinais e dos acessos que levam às proximidades com o PEI e a Fazenda Nova Trieste, município de Eldorado³;
- b) silvicultura – Capão Bonito com a produção industrial de eucalipto e secundariamente de pinus; Ribeirão Grande com o pinus. Em ambos os municípios esse plantio alcança os limites do PEI e da EECX;
- c) atividades de mineração e produção de cimento, principalmente em Ribeirão Grande.

No conjunto dos bairros rurais vizinhos à EECX, a pouca atividade econômica e a precariedade dos serviços públicos favorecem pressões diretas e indiretas sobre a UC. Em todos eles verifica-se a mesma problemática:

- a) pressão territorial e social exercida pelas atividades econômicas de reflorestamento e minerarias sobre o conjunto dos assentamentos humanos;
- b) prática de agricultura de subsistência com pouco excedente para a comercialização;

³ A dificuldade de acesso à EECXitué está enfatizada em outros capítulos; o que está colocado aqui é a impossibilidade de fiscalização dos acessos existentes, justamente em função da precariedade de condições de tráfego e das distâncias a serem percorridas a partir das estradas oficiais e do PEI.

c) ausência de extensão rural ou mesmo de políticas compensatórias para a implementação de atividades econômicas;

d) a maioria das atividades econômicas existentes na região não recebe os incentivos necessários para progredir – como a apicultura, a agrofloresta, o cultivo e o beneficiamento de espécies adequadas, atividades que poderiam favorecer a conservação dos recursos naturais – e competir com aquelas que pressionam negativamente a UC;

e) pouca presença do poder público no atendimento de serviços básicos de saúde, educação (em especial a educação ambiental), comunicação, transporte público e saneamento, com agravante nos serviços de coleta pública de lixo residencial e no apoio às atividades agrícolas;

f) conflitos com os órgãos responsáveis pela conservação ambiental, resultantes das dificuldades para licenciamento de atividades, falta de orientação técnica e que se somam as demais limitações referidas.

As políticas municipais de meio ambiente – leis específicas para proteção ou controle ambiental – não diferem desse contexto, não há em nenhum deles uma aplicação de legislação específica para tal.

O ICMS Ecológico tem representado importante instrumento de compensação financeira para a conservação ambiental, embora, na realidade, a maioria dos municípios utilize esse repasse para a complementação das contas públicas, e não para a efetiva conservação ambiental. De certa forma, mesmo que esse repasse não cumpra sua função principal, se bem aplicado, minimiza indiretamente a precariedade econômica dos municípios. No contexto do ICMS Ecológico, a Estação Ecológica de Xitué contribui, por sua sobreposição territorial de 9,24% na arrecadação de Ribeirão Grande. Em 2011 foram destinados R\$ 403.043,64 para Ribeirão Grande e em 2012, R\$ 455.094,82⁴. e em 2015, R\$ 518.627,43 .

3.3.2.2. Caracterização dos bairros vizinhos à Estação Ecológica de Xitué

Os municípios que exercem influência direta na unidade são Capão Bonito e Ribeirão Grande. Assim como outros municípios do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira, apresentam os índices de vulnerabilidade social mais baixos do Estado de São Paulo. Caracterizam-se, portanto, por baixa dimensão socioeconômica e baixos níveis de renda e de escolaridade, com grande vulnerabilidade à pobreza.

Os municípios e bairros/comunidades rurais que estão na área de influência direta da EECX são:

⁴ Fonte <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2011/05/2015-ICMS-Valores-Repasados.pdf>

Setor	Região/Bacia	Município	Bairros
Bairros que relação direta com a EEcX	Alto Paranapanema	Ribeirão Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Anacleto • Maciel • Passagem • Assentamento • Boituva
		Capão Bonito	<ul style="list-style-type: none"> • Taquaral Abaixo

Caracterização de Ribeirão Grande

Área total: 332,07 Km²

População (dados do SEADE em 2008): 7, 292 ha

Limites Geopolíticos do Município: Capão Bonito, Guapiara, Iporanga e Eldorado

Região Administrativa: Sorocaba

Região de Governo: Itapeva

População Total: 7.313 hab. (estimada em 2009)

População Urbana (%): 27.25 %

População Rural (%): 72,75%

Densidade Demográfica: 22.02

O município de Ribeirão Grande situa-se próximo a Rodovia João Pereira dos Santos Filho – SP 181, localiza-se a 12 km de Capão Bonito que é o município mais próximo.

Sua formação histórica tem origem a partir do povoamento do território dos núcleos de Freguesia Velha e Ribeirão dos Cruzes. O Núcleo Ribeirão dos Cruzes, caracterizava-se por abrigar a família Cruz, além de local utilizados pelos tropeiros como posto de trocas e de abastecimento de mercadorias no início do século XVII.

Em março de 1889 foi denominado Freguesia do Município de Botucatu com o nome de Bom Jesus do Ribeirão Grande. Em 28 de fevereiro de 1964, Ribeirão Grande é incorporado como Distrito de Capão Bonito. Somente em 30 de dezembro de 1991, Ribeirão Grande obtém a emancipação municipal de Capão Bonito.

Ribeirão Grande apresenta uma economia frágil, apesar de sua elevada participação de empregos ocupados na indústria (34,53%, mais que o dobro de sua Região de Governo que é de 13,87%). A taxa de ocupação da mão-de-obra é ocupada majoritariamente por atividades minerárias, principal ramo industrial, seguidos pelo setor de serviços, que advém muito desse segmento. No município de Ribeirão Grande encontra-se umas das maiores jazidas de calcários da América Latina, fator que determina o perfil da quase totalidade de seu parque industrial e da atividade de econômica preponderante. Embora

preponderantemente rural, a agropecuária só absorve 5,43% da mão de obra. Conforme demonstra o material extraído do Plano de Manejo do PE Intervalles:

“Detectou-se que os grandes grupos de cimenteiras e mineradoras compraram grandes extensões de terra para futura exploração do calcáreo e para o desenvolvimento da silvicultura que alimenta a indústria da mineração; nesse quadro há escassez de terras agriculturáveis; apenas algumas poucas comunidades de pequenos produtores teimam em resistir ao assédio das mineradoras. Em parte, pela forte tradição rural, consubstanciada no cultivo do gengibre, inhame, hortaliças, ervas medicinais e frutas, além de atividades correlacionadas, como a produção do mel, criação de peixes, produção artesanal de pinga e rapadura.

Parte expressiva do território de Ribeirão Grande está ocupado pela silvicultura e por terras adquiridas pela CCRG e CBE onde há ocorrência de jazidas de calcáreo; isso se reflete, por exemplo, no conflito envolvendo a não renovação do contrato de arrendamento de terras entre o Grupo Votorantin e moradores do bairro Boa Vista em áreas onde prevalece a silvicultura. A população empregada na indústria (cerca de 32%) depende exclusivamente das mineradoras e como foi dito anteriormente, tal dependência da atividade mineraria se constitui em risco para o mercado de trabalho local.

Em Ribeirão Grande a concentração de terras nas mãos das cimenteiras tem limitado a atividade agrícola e até gerado dificuldades na circulação, pois foi fechada a estrada do Boituva, no Bairro Barro Branco. A população divide o uso e ocupação do solo com os interesses das mineradoras e cimenteiras, que tem como política, comprar bairros inteiros transferindo seus moradores para outras localidades, sempre de acordo com suas conveniências. Mesmo oferecendo empregos na região, o que foi visto é que tal fato não tem se traduzido em melhoria da qualidade de vida do conjunto das comunidades e vem criando um passivo social que tem que ser arcado pelas prefeituras, como ocorrido no bairro Boa Vista, com grande incidência de doenças ocupacionais da antiga cimento Itabira, além dos problemas respiratório também presentes em comunidades do vizinho município de Guapiara”.

O município de Ribeirão Grande padece com problemas advindos da falta de regularização fundiária; propriedades recebidas por heranças não vão sendo desmembradas em cartórios, ocasionando problemas como grilagem de terras e dificuldade na obtenção de financiamento agrícola.

A comercialização dos produtos agropecuários do Município é realizada, principalmente, com compradores das Sorocaba, Piracicaba e Campinas. Os principais produtos são as culturas de cereais (milho e feijão) e hortaliças diversas. A bovinocultura é mista e praticada em sistema extensivo. O comércio local é de caráter modesto, há somente um único posto de gasolina na cidade.

Com relação ao sistema de Saúde, o município não dispõe de hospital, possui um único posto de saúde com atendimento médico e dentista.

A falta de emprego e de alternativas de renda tem levado a população mais jovem a migrar para as grandes cidades e regiões metropolitanas. A maioria dos bairros do município de Ribeirão Grande, no entorno da unidade de Xitué, estão passando por um processo de esvaziamento populacional e, conseqüentemente de êxodo rural, em razão da substituição das propriedades tradicionais de lavouras e pastagens e até mesmo de bairros rurais inteiros por florestas de eucalipto e pinus e pela aquisição de áreas para a expansão das atividades minerárias - como no bairro de Boituva com a expansão da fazenda de Pinus pela ORSA.

Este processo de esvaziamento populacional quer do ponto de vista ambiental quer do ponto de vista social, traz grandes prejuízos para a conservação ambiental e para o desenvolvimento rural, pois seus resultados são principalmente o êxodo rural e a criação de vastas áreas desabitadas que acabam servindo de elemento facilitador para as atividades ilegais, como pouso de palmiteiros e caçadores.

Os bairros destacados a seguir localizam-se no entorno da unidade e apresentam, praticamente, as mesmas características de atendimento de serviços de saúde e educação e de infraestrutura de abastecimento de água, de tratamento de esgoto, de coleta de lixo, de eletrificação e de comunicação e transporte.

O atendimento escolar é oferecido no bairro da Boa Vista por uma escola multiserial que atende 68 alunos, e por uma escola de ensino fundamental I e II, pois nenhum destes bairros conta com escola na sua sede. O atendimento de saúde pública é feito semanalmente pelo PSF Programa de Saúde da Família.

Todos os bairros têm energia elétrica e telefone comunitário, embora o funcionamento dos telefones não seja constante. Em nenhum dos bairros existe coleta pública de lixo ou tratamento de esgoto. O destino final do esgoto domiciliar é a fossa ou lançamento a céu aberto.

O abastecimento de água é feito por meio da captação em riachos. São raros os casos de tratamento de água, à exceção de filtragem.

Com relação ao transporte público esse se mostra ineficiente, não há transporte diário para os bairros.

Bairro Anacleto

A comunidade é composta por uma única família, todos descendentes do patriarca da família, o Sr, Anacleto. Os moradores se especializaram em fazer rapadura e pinga artesanal, atividade esta que deu origem ao nome da estrada que dá acesso ao bairro: "estrada da pinga".

A maioria dos moradores cultiva para o próprio consumo, apenas algumas famílias realizam o plantio de feijão preto, vendendo a produção para o Rio de Janeiro, fato que traz uma renda complementar significativa para o bairro. Antigamente a prática do trabalho era realizada de forma comunitária.

Devido à falta de alternativas de renda, muitos moradores vão para Itapetininga a procura de emprego como pedreiros, diaristas e como funcionários da indústria de suco de laranja em Itapetininga.

Bairro Maciel

Os moradores do bairro Maciel descendem de famílias que residiam no Bairro Freguesia Velha, aglomerado que deu origem ao município de Ribeirão Grande e um dos povoamentos mais antigos da região. De acordo com o depoimento de um morador, seus pais foram obrigados a vender a posse em troca de um lote no bairro do Maciel. Os representantes da fábrica de Cimento Itabira, hoje CCRG, compradores da área, argumentavam que o motivo da transferência seria a forte concentração de poeira a que ficariam expostos com a fábrica em funcionamento e, como forma de pressão, afirmavam que quem não vendesse a posse seria expulso, fato que, de acordo com o entrevistado, realmente aconteceu. Neste bairro, novamente constatou-se ser antiga a estratégia, por parte de grandes grupos de cimenteiras, de concentrar terras comprando propriedades rurais na região.

A principal fonte de renda é a agricultura de subsistência, e como complemento de renda, recebem auxílio através dos programas sociais, sobretudo o Bolsa Família, do Governo Federal.

Bairro Passagem

O bairro localiza-se ao longo das margens do rio das Almas, a estrada de acesso é mal conservada e o acesso fica comprometido em períodos chuvosos. Quase não existe propriedade habitada, mas somente vastos pastos completamente abandonados. Há uma grande fazenda abandonada, onde antigamente funcionava uma fábrica de lingüiça. Tais informações foram obtidas em entrevista com o caseiro de um pequeno sítio, ex-funcionário da fábrica de cimento Itabira.

Nas margens do rio das Almas, o bairro apresenta registro arqueológico dos “Encanados”, constituindo recurso turístico de extremo valor.

Assentamento

Trata-se de um assentamento consolidado pela Fltesp, nos anos 80 (na época denominado apenas, Itesp), quando foram assentadas famílias que não eram do bairro e que trabalhavam em área urbana e, desde então, muitos venderam suas propriedades para famílias que buscavam áreas de segunda residência. As famílias que permaneceram trabalham com roças de subsistência e/ou como caseiros nas propriedades vizinhas.

O Assentamento constitui um local de forte atuação de grupos de caçadores esportivos, provenientes dos municípios da região, tendo sido registradas diversas autuações por porte ilegal de armas. A área também é utilizada como rotas para os praticantes de *Off-Road*, passeios com jeeps 4x4 e que contribuem para impactar a estrada de acesso, que se apresenta em péssimas condições.

A Flesp pretende efetivar a reintegração de posse de parte da área, ocupada irregularmente (terra devoluta destinada para reforma agrária) e já efetuou gestões junto à Fundação Florestal e à Prefeitura de Ribeirão Grande no sentido de criar uma unidade de conservação, possivelmente uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) ou Parque Municipal. Não existem estudos específicos sobre a destinação mais adequada da área, tão pouco trabalhos de apoio e acompanhamento das famílias que originalmente foram assentadas.

Bairro Boituva

O bairro localiza-se na divisa dos municípios de Ribeirão Grande e Capão Bonito. Encontra-se praticamente abandonado em razão da expansão das fazendas de pinus, funcionando como local de abrigo para palmiteiros e caçadores.

Caracterização de Capão Bonito

Área total: 1.641 km²

População (dados do SEADE em 2008): 7, 292 ha

Limites Geopolíticos do Município: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Eldorado, Ribeirão Grande, Guapiara, Itapeva, Taquarivaí e Buri.

Localização Geográfica do Município: Situa-se na porção central do sudoeste do Estado, está 222 km de São Paulo, capital, com duração de 3:30 min de percurso.

Região de Governo: Itapeva

Região Administrativa: Sorocaba

População Total: 46.732

População Urbana: 36.587

População Rural: 10.145

Densidade Demográfica: (hab./km²): 28,48

A história de Capão Bonito tem algumas versões: Uma delas é baseada na procura do ouro pelos bandeirantes em fins do século XVII. Os bandeirantes encontraram ouro na cabeceira do rio São José de Guapiara, que nasce na Serra de Paranapiacaba e durante o curso recebe os nomes de Apiaí-Mirim e Apiaí-Guaçú, construíram ali alguns ranchos para abrigo e iniciando o primeiro povoado das paragens do Paranapanema que levou o nome de "Arraial de Guapiara", distante da atual Capão Bonito 36 Km para o sul, sendo depois conhecido pelo nome de "Arraial Velho". A área atraiu mineradores de todos os lados, porém por volta de 1.721, o fisco tomou posse da mineração no Vale do Paranapanema e as "datas" (porção de terra com 20 a 22 por 40 a 44 m) foram distribuídas aos requerentes conforme o número de escravos e agregados. Arraial Velho foi transferido para Freguesia Velha, as margens direita do rio das

Almas, local hoje pertencente ao município de Ribeirão Grande, emancipado de Capão Redondo em 1991.

Em 1840 o Senhor Pedro Xavier dos Passos, teria comprado parte da fazenda Capão Bonito, de propriedade do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e sua esposa, D. Domitila de Castro – Marquesa de Santos, fazendo doação de 150 braças à Congregação de Nossa Senhora da Conceição (726m²) e providenciando a construção de uma capela. Em 24 de janeiro de 1843 a Freguesia foi transferida para esse local com a denominação de Nossa Senhora do Paranapanema, o que seria mais tarde Capão Bonito.

Após o esgotamento dos veios de ouro, o que causou uma debandada geral de pessoas, à exceção de alguns antigos bandeirantes e velhos garimpeiros que, junto a seus descendentes, buscaram na agropecuária outra forma de subsistência.

Somente nas três últimas décadas do século XX, a região passa a apresentar algum desenvolvimento econômico, reflexo da construção da rodovia que liga São Paulo ao sul do País

Bairro Boituva

O bairro pertencente a Capão Bonito mais próximo de Xitué é o Bairro Taquaral Abaixo. O bairro é formado por cerca de 130 famílias, com aproximadamente 700 habitantes, a maioria formados por prestadores de serviço nas empresas de reflorestamento, no corte e na resinagem, e uns poucos agricultores e aposentados.

A principal atividade econômica é a silvicultura, seguida da agricultura. A renda média salarial é de um salário mínimo. Na região existem duas empresas de reflorestamento a Orsa e a Suzano, esta última não emprega ninguém da região. A comunidade está iniciando a produção de trabalhos manuais com a pintura em tecido, antigamente produziam artesanato com taquara, mas pararam em razão da proibição de corte da taquara. A comunidade quando empreendia a atividade de coleta de taquara a fazia sem solicitação aos órgãos ambientais, não houve pedidos de licenciamento para esta atividade.

No bairro há uma escola Emei e ensino fundamental I. A escola de ensino fundamental II mais próxima fica em São Miguel Arcanjo, e a distância faz com que as crianças abandonem os estudos. O atendimento médico é realizado por meio do Programa Saúde da Família. Quanto ao sistema de abastecimento de água, este é fornecido pela Sabesp – rede e tratamento. Não há sistema de tratamento de esgoto sanitário não tem sistema de coleta de lixo, a maioria utiliza o sistema de queima, mas também muitos lançam o lixo na estrada ou nos rios. 100% das famílias contam com energia elétrica.

No bairro não existe transporte público, o acesso das estradas é precário e em péssimo estado de conservação e com intenso tráfego de caminhões e tratores das empresas de reflorestamento. Como meio de comunicação há o sistema de telefonia pública e de rádio.

Um dos principais problemas da comunidade é o bairro ser caminho dos palmiteiros, que vem de fora. O bota fora do lixo da agricultura também é um problema (agrotóxicos). As propriedades são pequenas (padrão de lote urbano) e em razão da expansão da cultura de eucalipto, os moradores antigos vêm perdendo sua terra. Agora moram nos lotes do centro do bairro e prestam serviço para a empresa.

3.3.3. Vetores de Pressão

Os municípios da área do entorno da EEcX têm sua economia baseada nas atividades agropecuárias de baixa rentabilidade, associadas às atividades de silvicultura e minerárias (calcário) na região do Alto Paranapanema. Apresentam uma vocação para o turismo e o lazer, que se dá pela presença de unidades de conservação.

Os principais problemas ambientais identificados, nesses municípios são a falta de diretrizes e normas de ordenamento do uso e da ocupação do solo, bem como para a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais; a destinação final dos resíduos sólidos inadequados; o lançamento de esgoto sem tratamento nos corpos de água; o uso excessivo e inadequado dos agrotóxicos, que compromete as águas superficiais e o solo; a contaminação dos corpos de água superficial; o rebaixamento do nível freático e a supressão de vegetação resultante das atividades mineradoras; a perda significativa de cobertura vegetal – desmatamento; a caça; a extração clandestina de palmito-juçara e outras espécies nativas no entorno e também na própria unidade de conservação.

O agravamento se dá pela expansão das áreas de reflorestamento, de eucalipto e pinus, que, além de reduzir o volume das águas superficiais e subterrâneas e contaminar o solo, também avançam sobre a vegetação nativa e, principalmente, sobre as pequenas propriedades rurais.

Ademais, os municípios de influência da EEcX, por se encontrarem fora dos principais eixos de desenvolvimento econômico, ficam excluídos da dinâmica do restante do estado. Isso se reflete nos seus índices de vulnerabilidade social, que alcançam os piores resultados do estado, ou seja, são municípios de baixa dimensão socioeconômica, com baixos níveis de renda e de escolaridade, e, conseqüentemente, os de maior vulnerabilidade à pobreza.

As precárias condições socioeconômicas da região, ou seja, a pobreza rural resulta nas pressões exercidas sobre a UC, como as atividades ilegais de exploração de palmito juçara, a caça e a captura de animais silvestres, vistas erroneamente por parte da população como fonte alternativa de renda, mas que efetivamente garantem, de alguma forma, sua subsistência. Associada às precárias condições de vida de grande parte da população, a ausência de uma ação efetiva do poder público – deficiência de saneamento urbano e rural, precário atendimento dos serviços públicos de educação e saúde, ausência de

equipamentos sociais de lazer e cultura – acentua esses vetores de pressão sobre a UC.

O uso e a ocupação da terra no entorno da unidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atividades econômicas, somam-se à ausência de atividades capazes de gerar renda sem comprometer a conservação dos remanescentes florestais da região.

3.3.3.1 Vetores de pressão (negativos e positivos)

A caracterização dos vetores de pressão do entorno da EECX foi elaborada tendo em vista: (i) a caracterização e o diagnóstico de ocupação humana e socioeconômica; (iii) análise das estruturas físicas (acessibilidades, infraestrutura, equipamentos sociais, serviços públicos e rede de bairros rurais), conjuntamente com a análise dos levantamentos de dados primários e secundários, estes últimos obtidos nas administrações públicas municipal e estadual, (iii) nas organizações não-governamentais que atuam no entorno da unidade.

Através deste estudo e por meio da metodologia proposta pelo Instituto Florestal, que “entende os vetores de pressão não só como a determinação dos vetores sociais e econômicos que impactam ou poderiam impactar a área da UC e seu entorno, mas também a análise inversa, ou seja, como a conservação de uma grande extensão de área geográfica poderia afetar as atividades econômicas das populações diretamente envolvidas”, definiram-se os vetores de pressão (positivos e negativos).

Para a sua caracterização, adotou-se a unidade de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHI) como referência para a análise socioambiental do território, associando e relacionando aos resultados obtidos na caracterização socioeconômica. O território dos municípios de Capão Bonito e Ribeirão Grande está inserido integralmente na UGRHI 14, conforme tabela abaixo.

Tabela 22 – Agrupamento dos municípios de influência direta por unidade político-administrativa e por UGRHI

Município	UGRHI	% de área UGRHI	Sub-bacia	Região administrativa
Ribeirão Grande	14	100	Rio das Almas	Sorocaba
Capão Bonito	14	100	Rio Apiaí-Mirim, rio Paranapitanga/Paranapanema, rio Turvo /Paranapanema Superior, rio das Almas	Sorocaba

Fonte: Relatório Zero da Bacia do Ribeira (Comitê da Bacia Hidrográfica – Cetec).

A bacia hidrográfica do Alto Paranapanema é classificada como área de conservação, no Zoneamento Ambiental da Bacia URGHI 14. A atividade agropecuária é a predominante na região, a maioria dos municípios que compõe a bacia tem a braquiária como principal cultura, cultiva-se ainda o

milho e o feijão em plantações menores. A extração e a transformação de bens minerais se destacam principalmente nos municípios de Ribeirão Grande, Apiaí e Guapiara. Além da atividade agrícola, a região tem a vocação econômica orientada para o turismo e o lazer, em razão da presença de unidades de conservação e das represas com utilização múltipla da água.

Os principais problemas identificados nesta bacia hidrográfica, segundo o relatório de qualidade ambiental do estado de São Paulo 2006 (SMA 2006), são a falta de estrutura jurídico-institucional capaz de estabelecer diretrizes e normas para o ordenamento do uso e da ocupação do solo, bem como para a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais, especialmente da água; a destinação final dos resíduos sólidos inadequados; o lançamento de esgoto sem tratamento nos corpos de água; o uso excessivo e inadequado dos agrotóxicos, que compromete as águas superficiais e o solo; a contaminação dos corpos de água superficial; a perda significativa de cobertura vegetal – desmatamento; a extração clandestina de palmito-juçara e outras espécies nativas no entorno e também na própria unidade de conservação.

Alguns problemas específicos agravam o quadro apresentado. Na bacia do Alto Paranapanema são a expansão das áreas de reflorestamento de eucalipto e pinus, que avançam sobre a vegetação nativa, principalmente sobre as pequenas propriedades rurais, a redução do volume das águas superficiais e subterrâneas e a contaminação do solo.

Espacialização dos vetores

As principais pressões exercidas no interior da UC são as atividades ilegais de exploração de palmito, da caça e captura de animais silvestres. A localidade onde essa pressão é mais presente é:

Ribeirão Grande: no assentamento Ouro Fino, nos bairros de Barro Branco e de Boituva, bairros estes praticamente despovoados - Barro Branco pela aquisição de terras pela CBE e Boituva pela expansão do Pinus agravado pela abertura de novos acessos pela ORSA; no assentamento Itesp-GLEBA D (também conhecido como "Assentamento Ouro Fino") que é usado como refugio e pouso de caçadores e palmiteiros; em Capão Bonito, com a rede de estradas vicinais que levam às proximidades da unidade, os acessos livres da Fazenda Sakamoto; e em Eldorado por acessos da Fazenda Nova Trieste.

As principais pressões exercidas na área do entorno da UC são as resultantes das atividades de silvicultura e da mineração em Capão Bonito por meio do reflorestamento de eucalipto e pinus e em Ribeirão Grande com a mineração, e secundariamente com o reflorestamento de pinus.

As pressões indiretas, resultantes da ausência de serviços públicos e de uma ação mais efetiva do poder público na comunidade, caracterizam-se principalmente pela ausência de saneamento, pela falta de fiscalização das práticas de conservação do solo e de disposição de lixo agrotóxico, pela falta de controle do parcelamento e do uso do solo, e principalmente pela falta de

uma educação ambiental mais efetiva no ensino formal e na cultura social. O lançamento de esgoto doméstico e de lixo nos corpos d'água ocorre em todos os bairros e comunidades do entorno da unidade.

Alguns dos programas sociais existentes nos municípios do entorno de Xitué são: Bolsa-Escola⁵; Programa Saúde da Família (PSF), Jovem Cidadão⁶.

A maioria dos programas sociais tem um baixo grau de abrangência na região, quer por razões burocráticas, que dificultam o acesso da população, quer por falta de conhecimento, tanto do poder municipal como da sociedade civil, o que conseqüentemente gera a falta de pleito dessas políticas públicas compensatórias.

⁵ Programa de parceria entre os municípios e o governo federal, voltado a crianças de 6 a 15 anos do ensino fundamental. O objetivo é incentivar, por meio de apoio financeiro, a universalização do ensino e a redução da evasão escolar e da repetência.

⁶ Programa do governo do estado para jovens de 16 a 21 anos regularmente matriculados no ensino médio da rede pública estadual. O objetivo é buscar soluções para o desemprego juvenil através de estágios remunerados.